

DISPARIDADES DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) *PER CAPITA* NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE CONVERGÊNCIA EM DIFERENTES ESCALAS REGIONAIS (1970-2008)

Guilherme Mendes Resende

Coordenador de Estudos Regionais da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

João Carlos Ramos Magalhães

Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

O texto investiga as disparidades do produto interno bruto (PIB) *per capita* brasileiro em diferentes escalas regionais (municípios, microrregiões, mesorregiões e Unidades da Federação) entre 1970 e 2008. Foram calculadas as trajetórias de dispersão – cunhada na literatura de convergência sigma (σ) –, para cada escala geográfica, utilizando-se quatro importantes índices: coeficiente de variação (CV), índice de Gini, índice de Theil e o desvio-padrão (DP) do logaritmo natural (LN). A comparação entre estas trajetórias visou oferecer informações para importantes questões ainda pouco exploradas na literatura nacional, tais como: a mudança no nível de agregação dos dados, ou seja, na escala de análise escolhida para se recortar o território brasileiro, modifica de forma significativa o padrão da desigualdade espacial do PIB *per capita*?

A análise em múltiplas escalas revelou algumas diferenças significativas nas trajetórias da desigualdade entre as escalas estudadas. A desigualdade entre 1970 e 1985 cai significativamente para as UFs, cai muito pouco para as meso e microrregiões e sobe para os municípios. Por sua vez, entre 1985 e 1999, esta aumenta fortemente entre as UFs, enquanto entre as mesorregiões e microrregiões mantém-se aproximadamente constante e se reduz entre os municípios. De 1999 a 2008, enquanto a desigualdade cai entre as UFs, ela se mantém aproximadamente constante para as outras três escalas estudadas, com destaque para um leve aumento, entre 2002 e 2004, seguido pelo retorno, nos anos seguintes, ao patamar de 2002.

Este texto também analisou a dinâmica do PIB *per capita* nas quatro escalas territoriais estudadas, organizadas em dois grupos de regiões: Norte e Nordeste; e Sudeste, Sul e Centro-Oeste (ou “resto do país”). Esta separação revela um movimento muito importante que ocorre no Brasil entre 1970 e 2008: enquanto o grau de dispersão do PIB *per capita* entre os estados do “Norte e Nordeste” cai mais que nas UFs do “resto do país”, quanto mais se reduz a escala territorial de agregação do PIB *per capita*, mais este resultado se inverte.

Enquanto o nível de dispersão do PIB *per capita* entre as mesorregiões do grupo “Norte e Nordeste” chega a níveis similares ao do “resto do país” em 2008, a dispersão do PIB *per capita* entre as microrregiões e municípios do grupo “Norte e Nordeste”, entre 1999 e 2008, em vez de se reduzir, aumenta e termina o período em níveis bem maiores que no “resto do país”. Este resultado está de acordo com resultados apresentados por literatura recente, como Porto Júnior e Figueiredo (2012), que mostram que a redução da desigualdade total no Brasil reflete um processo de polarização do PIB *per capita* em basicamente dois grupos de regiões; e com o trabalho de Magalhães e Boueri (2009), que mostra que, enquanto a maior parte dos municípios do Sul, Sudeste e Centro-Oeste cresceram a altas taxas e se aglomeraram nas classes de municípios de mais alta renda, a estagnação econômica ocorrida na maioria dos municípios do Norte e Nordeste os conduziu às mais baixas classes de renda e promoveu um esvaziamento de municípios de renda *per capita* média. Tendo em vista os resultados encontrados neste trabalho, pode-se sugerir ocorrência de processos de convergência do PIB *per capita* distintos entre os dois grupos de regiões analisados. Isto é, verifica-se um processo de divergência dos PIBs *per capita* em âmbito microrregional e municipal nas regiões Norte e Nordeste, bem como um processo de convergência no “resto do país”.

O fato de os resultados terem revelado dinâmicas territoriais específicas a cada escala de análise e, em determinados momentos, opostas, demonstrou que não existe uma escala de análise capaz de sintetizar todas as respostas procuradas de forma mais precisa e mais clara que as outras. Ou seja, a melhor escala de análise depende do objetivo da análise e da resposta buscada; por exemplo, do nível de alcance territorial de uma política a ser desenvolvida e implementada. Ademais, uma abordagem multiescalar – isto é, em diferentes escalas geográficas – demonstra-se útil para um melhor entendimento das disparidades dos PIBs *per capita* regionais, evitando, assim, conclusões precipitadas acerca do fenômeno estudado.